

A EVOLUÇÃO DO DIREITO PARA A GARANTIA DA DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DA LEI 12.529/2011 E DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Autor(res)

Fabrício Dias Rodrigues Yusuf Muhammad Yusuf Kamilla Souza De Oliveira Kairo Benedito Silva Marques Lima Pollyanna Cristina Martins De Zalazar



3ª MOSTRA **FACULDADE ANHANGUERA**

Desde a redemocratização nota-se uma série de evoluções em todo o sistema jurídico brasileiro, a maioria delas se dá graças à criação da Constituição Federal de 1988. Quando falamos sobre Direito Empresarial nota-se um avanço legislativo, uma vez que a CF/88 caracteriza a ordem econômica como um princípio predisposto em uma

Desde esse período o ordenamento jurídico que rege o Direito Empresarial veio se desenvolvendo de tal modo que hoje o Brasil possui em seu ordenamento jurídico dispositivos, tal qual a lei 12.529/2011 que rege sobre a concorrência, impondo responsabilidades sobre o CADE de investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.

O artigo tem por objetivo relacionar o artigo 170 da Constituição, com a Lei nº 12.529/2011 e o CADE, de modo a destacar a importância da Defesa da Ordem Econômica e como o ordenamento jurídico brasileiro evoluju para a garanti-la. O trabalho também traz um melhor entendimento sobre a autarquia que defende a economia, e mostra ra a garantia do funcionamento das leis que a regem.

odo de pesquisa e análise jurídica, o estudo sobre o funcionamento do CADE, e a consulta de dam sobre o Direito Empr defesa da Ordem Econômica. Além de pesquisa histórica relativa à criação da autarquía em des aque a lei 12.529 de 2011 que rege sobre a de um bem jurídico imposto por meio de cláusula pétrea e na Constituição Federal de 1988, relacionando-os entre si, demonstrando



Resultados e Discussão

O artigo traz em pauta o desenvolvimento legislativo relativo à defesa da Ordem Econômica no Brasil, mostrando a importância do tema para o desenvolvimento nacional, tendo em foco a lei 12.529/2011 e a sua relação com o CADE e a Constituição Federal de 1988. Ele também aborda a importância da autarquia que trata exclusivamente da Ordem Econômica, demonstrando a forma como ela age para garanti-la.

Ao longo do trabalho demonstra-se que a necessidade de uma entidade que trate do tema é indispensável, uma vez que ela impede diretamente a criação de cartéis e monopólios por exemplo, basicamente sendo responsável pela garantia dos direitos do consumidor e da livre concorrência.

Conclusão

Portanto conclui-se que após a criação da Constituição Federal de 1988 o Brasil evoluiu exponencialmente quanto se trata do Direito Econômico, uma vez que ela traz como garantia a Ordem Econômica, dentro do artigo 170 e ao analisar a lei 12.529 de 2011 e a funcionalidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, também se percebe a forma como ele trata a defesa dessa ordem.

Referências

Lei Nº 12.529 de 2011 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Fernandes, Bernardo Teixeira Lima "DIREITO ECONÔMICO" -Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.,

2016

Quelho, Renata T. de M., Controle preventivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica em atos de concentração: quando o processo administrativo sancionador foi necessário? - Coletânea de Artigos em Defesa da Concorrência e Direito Econômico Estudos Teóricos - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. - Brasília: C A D E , 2 0 2 1 . V . 1 , p á g i n a 1 5 .

https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/525799/1/Colet%C3%A2nea%20em%20Defesa%20da%20Concorr%C3%AAncia%20Volume%201.pdf



